



CPLP

Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa

A Experiência de Cooperação Sul-Sul e Triangular na CPLP

Secretariado Executivo da CPLP

Manuel Clarote Lapão
Diretor de Cooperação da CPLP





CPLP
Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa

OBJETIVO GERAL DA CPLP

**“Reforço dos laços de solidariedade e de
cooperação “**



Vetores de Atuação da CPLP

A revisão dos Estatutos da CPLP, em 2012, estabeleceu como objetivos da CPLP no que se refere à cooperação:

A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, segurança alimentar, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, economia, comércio, cultura, desporto e comunicação social;



Vetores/Pilares/Eixos de atuação

A **concertação político-diplomática** entre seus Estados-membros, nomeadamente, para o reforço da presença no cenário internacional;

A **cooperação** em todos os domínios, inclusive os da Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia, Defesa, Agricultura, Administração Pública, Comunicações, Justiça, Segurança Pública, Cultura, Desporto e Comunicação Social;



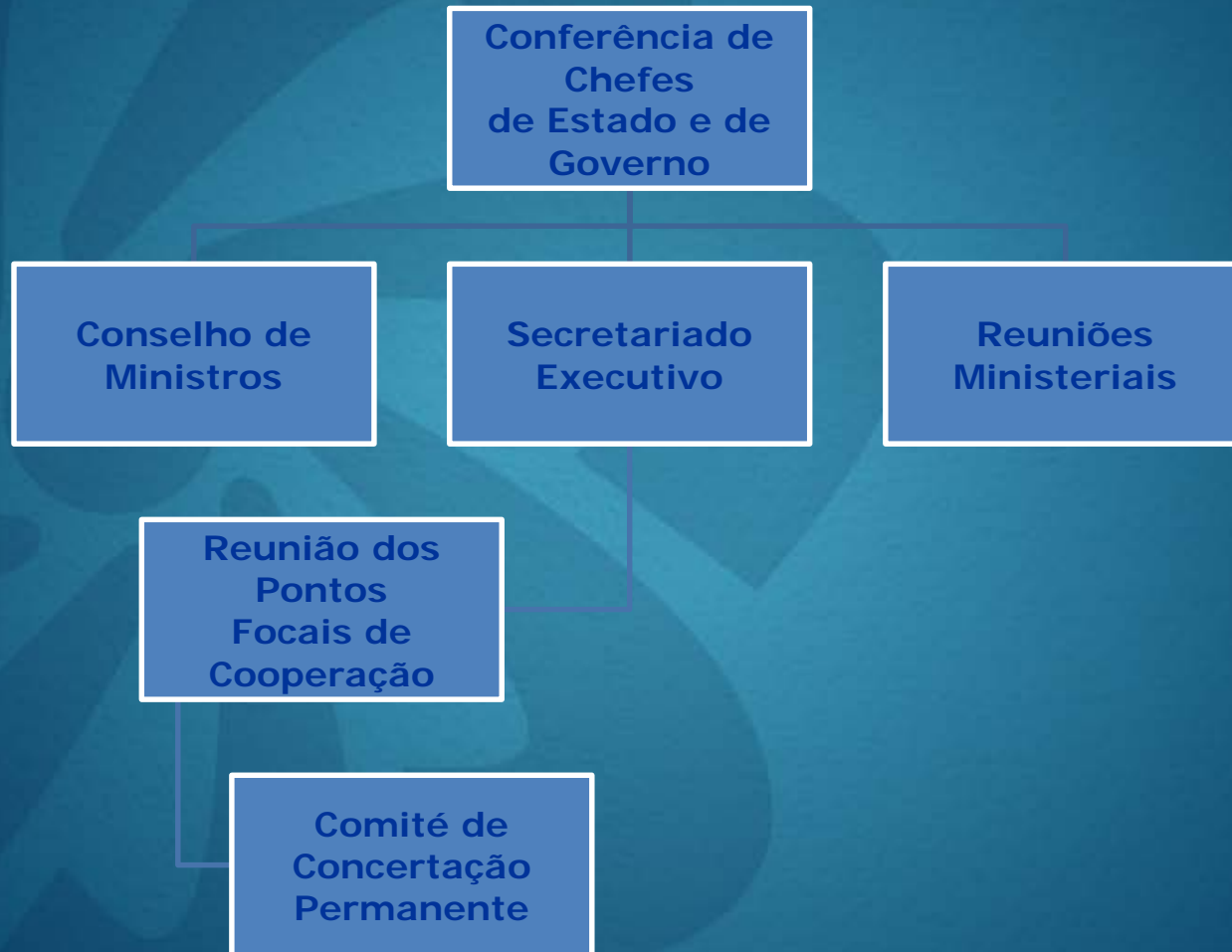
A materialização de projetos de **promoção e difusão da Língua Portuguesa** através do Instituto Internacional da Língua Portuguesa;

Potenciar o desenvolvimento das **relações económicas e empresariais** entre os Estados-membros.

PRINCÍPIOS

A CPLP é regida pelos seguintes princípios:

- Igualdade soberana dos Estados-membros;
- Não-ingêrência nos assuntos internos de cada Estado ;
- Respeito pela sua Identidade Nacional;
- Reciprocidade de tratamento;
- Primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social;
- Respeito pela sua integridade territorial;
- Promoção do Desenvolvimento;
- Promoção da Cooperação mutuamente vantajosa.



ÓRGÃOS

A **Conferência de Chefes de Estado e de Governo**. Reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos e, extraordinariamente, quando solicitada por 2/3 dos Estados-membros. Este órgão é a instância deliberativa superior da Organização e as suas decisões são sempre tomadas por consenso;

O **Conselho de Ministros**. É constituído pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos oito países membros e reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por 2/3 dos Estados-membros;

A **Assembleia Parlamentar**. Instituída pelo Conselho de Ministros de Novembro de 2007. É o órgão que reúne as representações de todos os Parlamentos da Comunidade, constituídas na base dos resultados eleitorais das eleições legislativas dos respetivos países;



O **Comité de Concertação Permanente**. Reúne-se, ordinariamente, em Lisboa, na sede da CPLP, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário. O Comité é coordenado pelo representante do país que detém a presidência do Conselho de Ministros e as suas decisões são sempre por consenso;

O **Secretariado Executivo**. É o órgão executivo da CPLP e tem por incumbência implementar as decisões dos três órgãos deliberativos (Conferência, Conselho e Comité);



Sede: Palácio Conde de Penafiel, cidade de Lisboa, Portugal

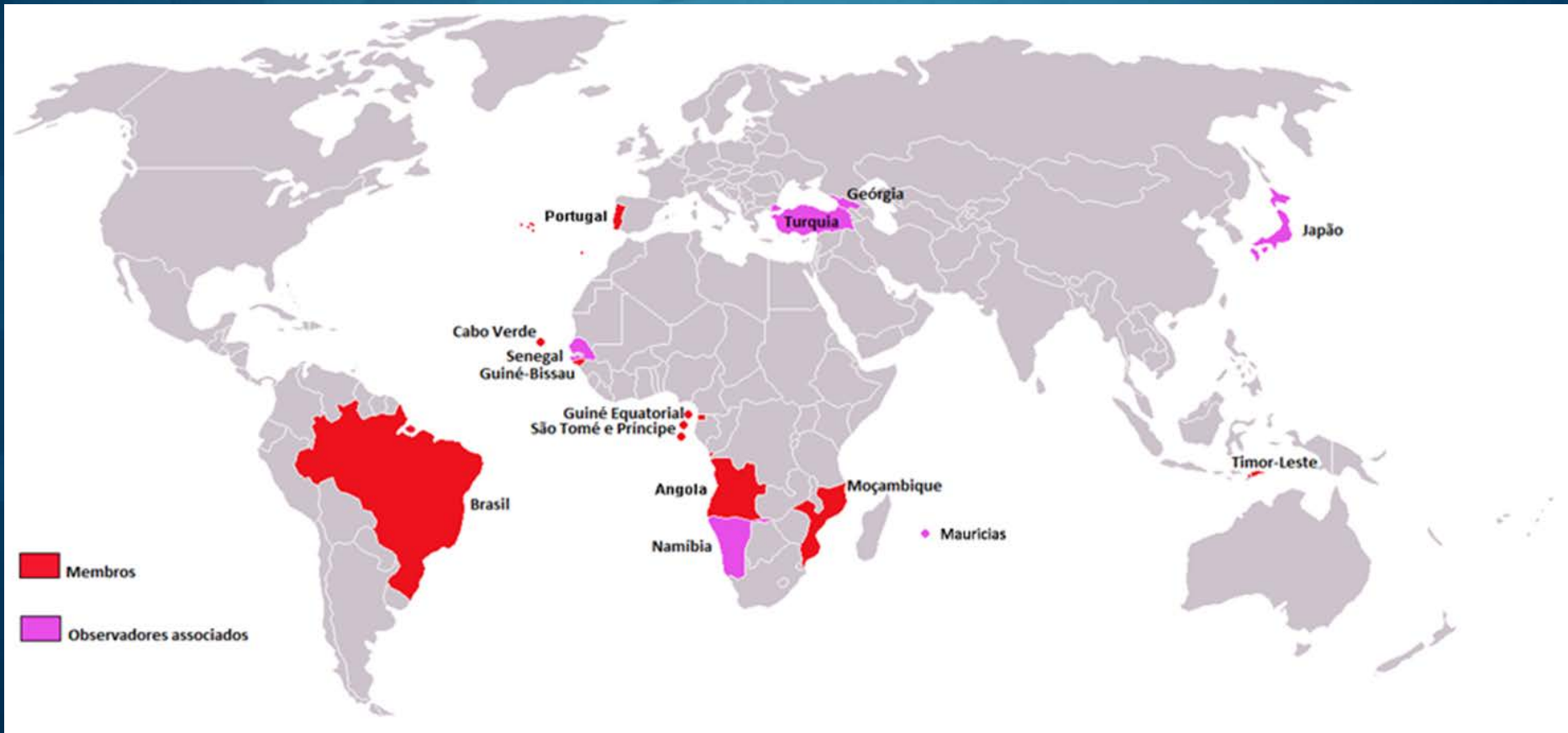


As **Reuniões Ministeriais Sectoriais**. São constituídas pelos ministros e secretários de Estado dos diferentes sectores governamentais de todos os Estados-membros. Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, ao nível ministerial ou equivalente, as ações de concertação e cooperação nos respetivos sectores governamentais;

A **Reunião dos Pontos Focais da Cooperação**. Congrega as unidades responsáveis, nos Estados-membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP. Os Pontos Focais da Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por 2/3 dos Estados-membros.



A CPLP NO MUNDO

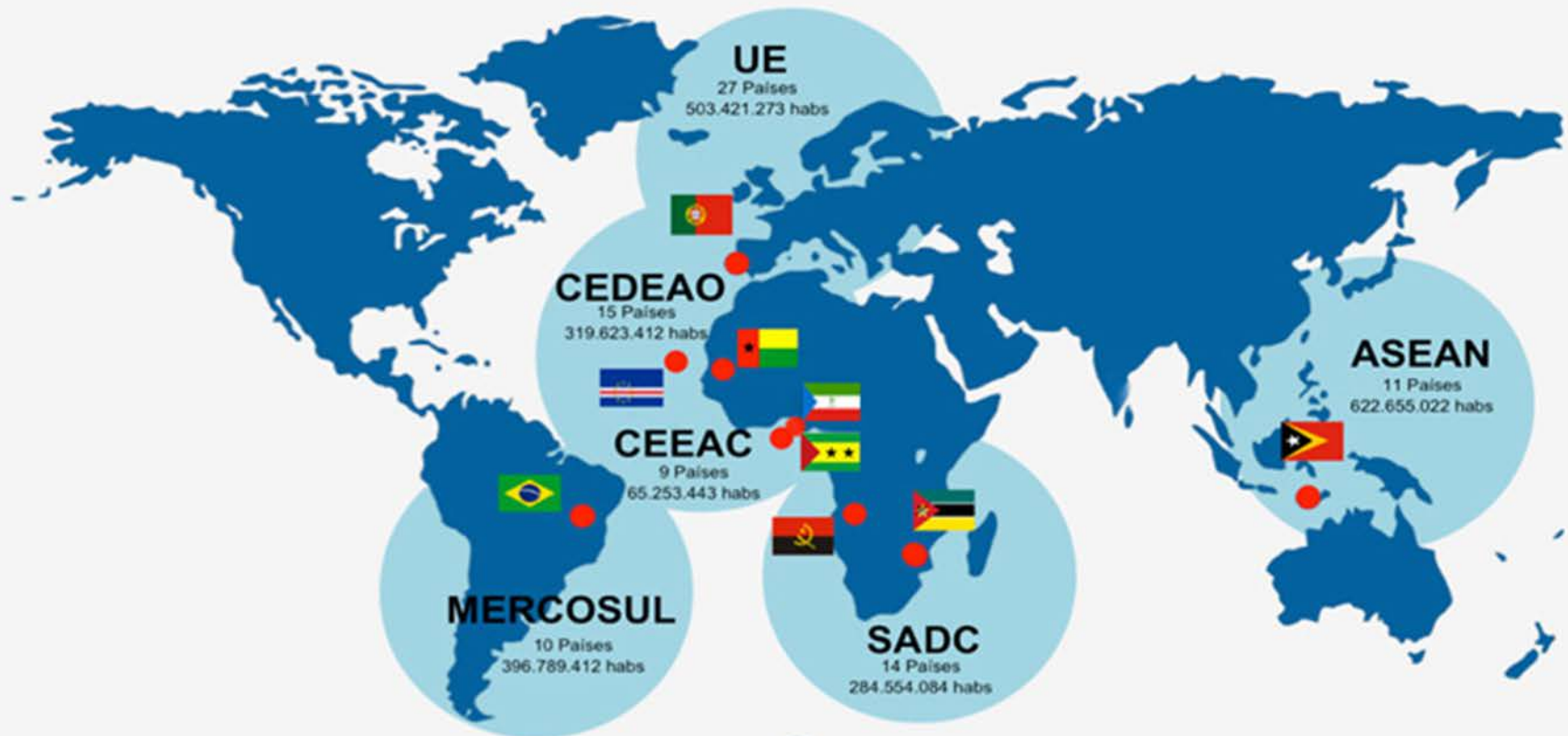




A DIMENSÃO GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGICA DA CPLP

ABRANGÊNCIA DA CPLP

Seus Estados-membros e as Comunidade Económicas Regionais que integram



CPLP

VÁRIOS PAÍSES E CULTURAS NUMA SÓ LÍNGUA
A FAZER NEGÓCIOS NA LÍNGUA PORTUGUESA



CPLP
Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa

Cooperação na CPLP

Enquadramento Geral

A cooperação na CPLP é um vetor essencial de apoio ao principal pilar de intervenção da organização: concertação político-diplomática

A aprovação da “Nova visão estratégica de cooperação para a CPLP” e do processo de Revisão do Fundo Especial da CPLP, respetivamente pelos XIV e XVI Conselhos de Ministros da CPLP, em Julho de 2009 e 2011, foram passos acertados no fortalecimento do pilar Cooperação da nossa Comunidade

Em 2009 foi introduzida na CPLP uma nova lógica de trabalho em rede e a aplicação de mecanismos fomentadores de troca de experiências e boas práticas (cooperação N/S/S e triangular), que tem permitido a melhoria da governação e participação na cooperação comunitária.



Entre 2000 e 2105, os valores do PIC podem ser expressos da seguinte forma

PIC em Execução em Dezembro de 2015: **Euros 6.162.166,98;**

PIC Executado (entre 2000 e 2015): **Euros 7.525.880,48;**

Execução total entre 2000 e 2015: **Euros 13.688.047,46.**

Atividades constantes do PIC

PROJETOS em execução

Codificação	Projetos	Montantes solicitados ao FE (€)
PR41/LB/11	Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe - Fases II e III	727.309,00
Pr47/LIS/12	Programa CPLP nas Escolas	290.130,48
Pr49/LIS/12	Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania	536.221,80
Pr51/MAP/12	Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais PALOP e TL - Fase 2	212.344,03
Pr52/MAP/12	Projeto "Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) para a Cooperação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)"	2.280.000,00
Pr53/MAP/12	Base de Dados Jurídica da CPLP – Fase IV - Prolongamento	67.689,83
Pr56/LIS/13	Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP	213.839,04
Pr57/LIS/13	Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP	418.060,20
Pr58/LIS/14	Direitos das Crianças em Rede (3ª fase do Projeto "Meninos de rua: Inclusão e Inserção")	151.848,00
Pr60/LIS/14	Portal da Conexão Lusófona – Fase I	28.200,00
Pr61/DIL/14	PLATAFORMA SKAN CPLP – mecanismo de partilha de conhecimento e tecnologia entre os Estados membros da CPLP para o desenvolvimento do sector agroalimentar” (1ª Fase)	147.216,90
Pr62/DIL/14	Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais PALOP e TL - Fases 3 (2013 - 2015)	130.800,00
Pr63/LIS/15	Intervenções de Alto Impacto: Saúde Comunitária em Quinara 2014-2016	120.923,00
Pr66/DIL/15	Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP	15.000,00
PR67/LIS/15	Semana da Juventude da CPLP	40.000,00
Pr68/DIL/15	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase VII	166.798,93
Pr69/DIL/15	Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP	110.000,00
Pr70/DIL/15	Relançamento do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau e Projeto de Formação do Pessoal e Reapetrechamento dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional	63.052,91
Pr71/DIL/15	TCTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa	129.936,00
TOTAL		5.849.370,12



Atividades
constantes do
PIC

AÇÕES
PONTUAIS
em execução

Projetos	Montantes Financiados pelo FE (€)	Montantes solicitados ao FE (€)
Ap06/LB/06	Monitoramento dos Projetos Apoiados pelo Brasil no âmbito da CPLP	43.441,54
AP37/LIS/13	Reforço da Capacidade de Comunicação Audiovisual da CPLP	100.000,00
AP40/DIL/15	Ação de Formação sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Profissionais do Sistema de Justiça Penal da Guiné-Bissau	27.599,35
Ap41/DIL/15	Assistência Técnica ao Centro de Informação em Proteção Social – CIPS – Fase IV	44.185,09
Ap42/DIL/15	2016 – Ano CPLP contra o Trabalho Infantil	97.570,88
TOTAL		312.796,86



Questões temáticas seguidas

A. *Saúde*

- Plano Estratégico de Cooperação em Saúde CPLP (PECS/CPLP) – Maio 2009

B. *Segurança Alimentar e Nutricional*

- Estratégia de Seg. Alimentar e Nutricional – 2011
- Campanha Juntos contra a Fome

C. *Trabalho e Proteção Social*

- Trabalho Infantil
- Centro de Informação e Intercâmbio sobre Extensão da Proteção Social (CIPS)
- Acordo Multilateral de Providência Social
- Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho



D. Igualdade de Género

- Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres na CPLP (PECIGEM/CPLP) – Julho de 2010
- Campanha contra a Violência sobre as Mulheres

E. Ambiente e “Setores Produtivos”

- Plano Estratégico de Cooperação em Ambiente (PECA-CPLP) – Abril de 2014
- Estratégia da CPLP para os Oceanos – Março de 2010
- Plano Estratégico de Cooperação para o Setor do Turismo – em preparação
- Energia – Conferência “Energia para o desenvolvimento da CPLP” e futura “Carta da Energia”



E. Juventude e Desportos

- Documento Estratégico de Cooperação para a área da Juventude – Julho 2012;
- Universidade Africana da Juventude e Desenvolvimento;
- Escola de Jovens Líderes da CPLP

F. Migrações para o Desenvolvimento

- Observatório dos Fluxos Migratórios

G. Educação para o Desenvolvimento e Cidadania e Direitos Humanos

- CPLP nas Escolas
- Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência
- Manual Compreender os DH
- Observatório do Tráfico de Seres Humanos
- Rede das Instituições Nacionais de DH



G. Sociedade Civil e Observadores Consultivos

- Reunião da CPLP com os Observadores Consultivos
- Fundações da CPLP
- Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento
- Fórum da Sociedade Civil da CPLP
- União das Mutualidades de Língua Portuguesa

H. Outras áreas técnicas

- Educação para a cidadania
- Governo Eletrónico
- Cooperação com Organizações Internacionais
- Cooperação entre os Laboratórios de Engenharia Civil
- Estatísticas
- Alfândegas
- Portos
- Telecomunicações
- Estradas
- Etc.



Em resumo

- A harmonização, alinhamento e apropriação
- Trabalho em rede
- A especialização de intervenção em certos domínios (Educação para o Desenvolvimento e Cidadania, Direitos Humanos e Capacitação Institucional e Desenvolvimento Humano)
- O diálogo, consulta e articulação permanente entre os beneficiários, a RFPC e a DIRCOOP



Visão de futuro para o pilar Cooperação

Manutenção de uma lógica de **transversalidade** e apoio aos pilares da concertação político-diplomática e língua portuguesa

Concentração em domínios estruturantes:

- **Educação para o Desenvolvimento e Cidadania**
- **Direitos Humanos**
- **Capacitação Institucional e Desenvolvimento Humano**

Reforço das Áreas de cooperação:

- **Segurança Alimentar e Nutricional**
- **Sociedade Civil e participação social**
- **Energia**
- **Juventude**
- **Mares**
- **Direitos Humanos**



CPLP
Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa

Cooperação Sul-Sul e triangular na CPLP



CPLP
Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa

O que dizem os documentos estratégicos ?



Enquadramento Geral

Uma visão estratégica de cooperação pós-Bissau

- Finalizada na XIX Reunião de Pontos Focais de Cooperação e aprovada na XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, na Praia, em Julho de 2009;
- **Princípios e objetivos estratégicos:** introdução de uma nova metodologia de trabalho e procedimentos .

Esta nova metodologia terá como preocupação principal a necessidade da **apropriação e sustentabilidade pelos beneficiários** de todo e qualquer projeto ou ação pontual propostos pelos PFC ou por outros atores da cooperação da CPLP .



Filosofia

- Os projetos deverão resultar de uma metodologia de trabalho que privilegie um **contacto mais direto com as realidades dos beneficiários da cooperação comunitária e potencie a sua capacidade de iniciativa**
- A identificação destes projetos ou ações pontuais, em conjunto e consensualmente entre os beneficiários, os PFC e o SECPLP deverá possibilitar:
 - **Sinergias, articulação, coordenação e harmonização** das ações de cooperação intra-CPLP com as intervenções desenvolvidas bilateralmente entre os EM e outros parceiros de desenvolvimento;
 - **Alinhar as ações** propostas no quadro da CPLP com os documentos orientadores do **processo de desenvolvimento dos EM beneficiários**;
 - O **incremento dos níveis de execução** de projetos e ações pontuais intra-CPLP e conseqüente **apropriação, sustentabilidade e impacto** dos mesmos junto dos beneficiários,

Operacionalização

- Aquisição de competência pelo SECPLP para, anualmente, propor aos Estados membros e à RPFC uma determinada carteira de programas, projetos ou ações pontuais, previamente identificados de acordo com a metodologia acima descrita e que atendam aos pilares de cooperação comunitária já consolidados.
 - *As intervenções a propor deverão, naturalmente, ter objetivos bem definidos e um orçamento rigoroso, valendo-se, na medida do possível, das capacidades existentes em cada EM.*
- *Alteração estratégica importante que concede ao SECPLP a possibilidade de passar a desenvolver (com os beneficiários) iniciativas de proposta de programas, projetos ou ações pontuais*



Em resumo

Assim:

- A harmonização, alinhamento e apropriação
- A especialização de intervenção em certos domínios, nos quais o SECPLP atuará, prioritariamente e de forma delegada
- O diálogo e consulta permanente com os beneficiários e a RFPC
 - *Conduzirão uma estratégia futura de atuação baseada em **Planos Estratégicos de Cooperação**.*



Metodologia para os Planos Estratégicos de Cooperação

- Ser concedida ao SECPLP a oportunidade de, em **diálogo e consulta permanente** com a RFPC, executar as políticas e estratégias de cooperação intracomunitária, em **prol dos beneficiários e garantindo a apropriação das ajudas;**
- Os apoios financeiros atribuídos à CPLP deveriam basear-se em programas, projetos e ações concertados entre as reuniões setoriais e os PFC, em articulação com o SECPLP, ***alinhando as prioridades da CPLP com as dos EM beneficiários atentos os respetivos sistemas de governação, resguardando-se, no entanto, a prerrogativa dos EM designarem os sectores e projetos a que destinam as suas contribuições;***



Metodologia para os Planos Estratégicos de Cooperação

- O SECPLP deve continuar a coordenar as suas atividades com os Estados membros para que se minimizem custos dos apoios aos processos de desenvolvimento e se harmonizem prioridades de intervenção;
- *Os Estados membros devem coordenar-se entre si e com o SECPLP, por intermédio da RFPC, para que as atividades de ambos possam atingir os resultados desejados, numa senda de maior eficácia e num modelo de gestão estratégica orientada para os resultados, baseado num ciclo de gestão do projeto que implemente mecanismos integrados de planeamento, orçamentação, execução, monitorização, avaliação e prestação de contas;*



Metodologia para os Planos Estratégicos de Cooperação

- Seria desejável que os Estados membros e o SECPLP, **reciprocamente, trocassem informação sobre os resultados de uma melhor gestão da ajuda e prestação de contas.** O fórum RPFC continuará a ser o palco privilegiado para esse fim.



Metodologia para os Planos Estratégicos de Cooperação

Resultados Esperados:

- Os Planos Estratégicos a desenvolver deveriam ser concebidos *não como um instrumento concorrencial dos esforços já desenvolvidos na esfera bilateral pelos EM, mas antes como um instrumento complementar e potenciador de resultados.*
- Estes planos deveriam ter como resultado a *implementação e reforço institucional de meios e capacidades que deveriam contribuir para a contínua melhoria quer do processo de desenvolvimento dos beneficiários, quer da capacidade de atuação da cooperação intra-CPLP* nesses países, afirmando o seu espaço geoestratégico de intervenção.



Metodologia para os Planos Estratégicos de Cooperação

Como se pode avançar?

Introduzindo mecanismos de coordenação entre as Reuniões Ministeriais e a RPFC

Dificuldades:

- As Reuniões Ministeriais vêm desenvolvendo um crescente protagonismo na formulação e apresentação de projetos, criando para a sua execução fundos setoriais autónomos, papel que lhes é permitido pelos Estatutos da CPLP.
- A criação de tais fundos cria receios fundados no argumento de que tal proliferação pode dificultar a sua coordenação e contribuir para a fragmentação dos recursos disponíveis para ações de cooperação para o desenvolvimento no espaço da CPLP;
- A RPFC, enquanto órgão coordenador e de aprovação do mérito técnico dos projetos da cooperação intracomunitária, pretende garantir a qualidade e coordenação dos projetos emanados das Reuniões Ministeriais.

Princípios orientadores

- **Incrementar a cooperação entre os Estados membros;**
- **Promover o desenvolvimento, solidariedade, democracia e Direitos Humanos;**
- **Manter um pendor multidimensional, multissetorial e transversal;**
- **Melhorar a coordenação, concertação e monitorização;**
- **Incrementar a complementaridade, eficácia e eficiência;**
- **Potenciar a parceria com atores multissetoriais;**
- **Promover a captação de financiamento de diversas origens; e**
- **Desenvolver a capacidade de iniciativa do Secretariado Executivo para promover os objetivos da CPLP e reforçar o seu funcionamento.**



Setores de concentração

- **Reforço das temáticas da:**
 - **Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, Energia e Defesa na agenda comunitária e no cenário internacional.**
- **Avanços assinaláveis:**
 - **Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Cultura, Educação, Modernização Administrativa, Proteção Social, Inclusão Social, Emprego e Educação para a Cidadania, os quais devem ter continuidade no futuro.**
- **Criada a dimensão da cooperação económica, financeira e empresarial.**
- **Nova atenção:**
 - **Juventude e Desportos, Mares, Sociedade Civil e Participação Social, Meio Ambiente, Turismo, Desenvolvimento industrial, Agricultura e Florestas.**



Setores de
cooperação Sul-
Sul e Triangular
mais ativos

- **Saúde**
 - Todos os Estados membros + CPLP + Banco Mundial + Comissão Europeia + IANPHI + Sociedade Civil da CPLP + Observadores Consultivos da CPLP
- **Trabalho Infantil:**
 - Todos os Estados membros + CPLP + OIT + PETI + USAID + Sociedade Civil (Confederação Empresarial e Confederação Sindical) + Observadores Consultivos da CPLP
- **Segurança Alimentar e Nutricional:**
 - Todos os Estados membros + CPLP + FAO + FIDA + Sociedade Civil + Universidades + Parlamentares + Empresários + Observadores Consultivos da CPLP



CPLP
Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa

Cooperação no domínio da segurança alimentar e nutricional



Uma Visão

- *Uma Comunidade de países com um “capital” humano saudável e ativo, livre da fome e da pobreza, num quadro de realização progressiva do direito humano à alimentação adequada e respeito pela soberania nacional.*



Bases de atuação

- Máxima prioridade política à luta contra a fome e à má nutrição
- Direito Humano à Alimentação Adequada, reforço da governabilidade do sistema alimentar; apoio imediato e sustentável às populações mais marginalizadas e aumento da produção de alimentos

Áreas de Coordenação e Intervenção da ESAN-CPLP

1 – Fortalecimento da governança da segurança alimentar e nutricional

Estruturas de governança coordenadas a nível nacional e regional com a participação dos atores relevantes, deverão apoiar a implementação e fornecer contributos para a Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. Criação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP

2 – Promoção do acesso e utilização dos alimentos para melhoria dos modos de vida dos grupos mais vulneráveis

Os Estados membros deverão atribuir prioridade e apoio imediato aos grupos mais vulneráveis, comunidades rurais, particularmente mulheres, crianças e jovens.



3 grandes Áreas de Coordenação e Intervenção

3 – Aumento da disponibilidade de alimentos com base nos pequenos produtores

- Promoção de maior investimento na agricultura e acesso seguro aos recursos naturais focando os pequenos agricultores.
- Incluirá a identificação, sistematização e melhoria da tecnologias sociais adaptadas.
- Este eixo de ação visa contribuir para ampliar as dietas locais, reduzir a vulnerabilidade e promover o desenvolvimento territorial.



Enquadramento:

- Decisões anteriores das reuniões de Ministros da Agricultura e Segurança Alimentar da CPLP;
- Sucessivas crises nos preços dos alimentos, crescimento económico acelerado, balança de pagamentos, desertificação rural, urbanização, exclusão social, pobreza, fome e coesão social;
- Participação da CPLP na construção numa renovada estrutura de governança do sistema alimentar inspirada na reforma do Comité Mundial de SAN das Nações Unidas e reforço da cooperação para a implementação das Estratégias Nacionais de SAN;



Contexto CPLP:

- **Cerca de 30 Milhões de desnutridos em particular agricultores, pescadores, extrativistas familiares e trabalhadores rurais;**
- **Mais de 11.500 milhões de produtores explorando áreas pequenas (de 0,20 a 18 hectares), produzindo 70% a 100% dos alimentos e empregando 60% a 84% da população. Deles dependem cerca de 45 milhões de pessoas na Comunidade.**



ABORDAGEM TEÓRICA DA ESAN – CPLP

Transição de diagnósticos convencionais de escassez de alimentos e ação setorial típicas dos anos 70 para o foco atual sobre os desafios da governação multi-actores e multi-nível para garantir o acesso universal a uma alimentação saudável e adequada a partir de práticas de produção mais sustentáveis e equitativas.



SINTESE DE DIAGNOSTICO BASE ESAN - CPLP

- i) Instituições frequentemente pouco equipadas e com fracos meios disponíveis perante os desafios de orientação e de coordenação/governança da SAN;
- ii) Fraca ou inexistente coordenação intersectorial e participação qualificada dos grupos mais vulneráveis e seus representantes.
- iii) A marginalização das estratégias/programas de SAN no panorama político e legislativo, tendo como consequência um fraco reconhecimento dos desafios que se colocam neste âmbito;



SINTESE DE DIAGNOSTICO BASE ESAN – CPLP (cont.)

- iv) Um predomínio das acções (e financiamentos) de prevenção e sobretudo de gestão de crises sem relação aparente com acções a mais longo prazo;

- v) Falta de capacidades a vários níveis e nos actores mais relevantes para empreender a necessária transição do sistema alimentar;



1º Desafio – Novos Mecanismos para a Governança = maior coordenação de políticas setoriais com participação social a vários níveis (local, nacional, internacional) = maior eficiência e eficácia;

2º Desafio – Políticas e Programas de Protecção Social Sustentáveis = programas e redes de apoio social que contribuam para a superação das causas estruturais;

3º Desafio – Construção de práticas de produção/trans formação/comercialização mais sustentáveis e equitativas = construção de capacidades (particularmente para os jovens);

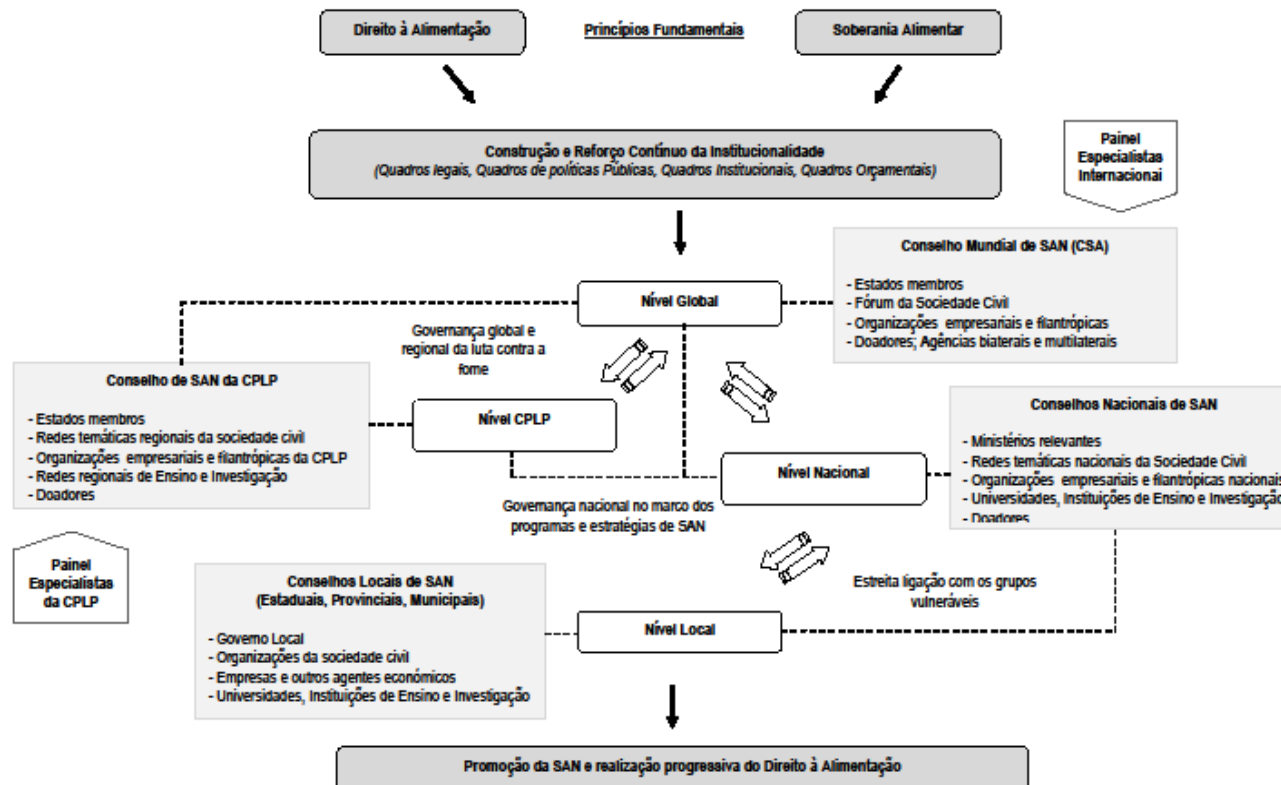


PROGRAMAS SUGERIDOS

1ª - Fortalecimento do sistema de governança da segurança alimentar e nutricional na CPLP

Objetivo: Fortalecimento institucional dos órgãos de governança da ESAN – CPLP

Tipologia das ações: Reforço da Capacidade Técnica do SE da CPLP e do ST do CONSAN; Funcionamento dos Órgãos de Governança, Funcionamento dos Mecanismos Facilitadores da Participação Social; Elaboração de Estudos, Propostas Normativas e Legislativas; Ações de Mobilização e de intercâmbio entre os países;



2º - Programa Regional de Construção de Capacidades

Objetivo: Fortalecimento de capacidades dos atores nacionais e regionais relevantes (em particular professores, quadros técnicos e jovens lideranças);

Tipologia das ações: Programa de apoio à requalificação da oferta formativa em centros de competências pré existentes a nível nacional e regional em linha com os três eixos da ESAN em direito humano a alimentação adequada e sua justiciabilidade, educação alimentar, biossegurança e práticas sustentáveis de produção e transformação de alimentos;



Atividades Realizadas:

Outubro e Novembro de 2014

- **Início do TCP/INT/3406, projeto de cooperação técnica para apoio da FAO ao Secretariado Executivo da CPLP e órgãos do CONSAN**
- **Atualização de diagnóstico de necessidades**
- **Participação do SECPLP na 41ª sessão do CSA em Roma**
- **Participação da Sociedade Civil da CPLP na II Conferência Internacional de Nutrição em Roma**
- **Capacitação de parlamentares da CPLP em encontro internacional em Santo Domingo, República Dominicana**
- **Participação na reunião do grupo PALOP na Comissão Europeia, Bruxelas**

Dezembro /Janeiro/Fevereiro de 2015

- **Oficina multi-atores em Lisboa;**
- **V Reunião do Secretariado Técnico do CONSAN-CPLP em Lisboa**
- **Desenvolvimento e publicação de Guia sobre a ESAN-CPLP**
- **Reformulação do portal de segurança alimentar da CPLP**



Março/Abril de 2015

- I Fórum de Segurança Alimentar e Agricultura Familiar em São Tomé e Príncipe
- Reunião do Comité de Coordenação do Mecanismo da Sociedade Civil
- Finalização e aprovação orçamentada do Plano de atividades 2015
- Mapeamento, tradução e publicações sobre SAN e DHAA em língua portuguesa

Maió/Junho de 2015

- Apoio à constituição do KONSANTIL e organização da reunião do CONSAN-CPLP em Timor-Leste, em Díli
- II Reunião do Grupo de Trabalho sobre Agricultura Familiar em Roma

Julho/Agosto de 2015

- Reunião universidades e eleição do Comité de Coordenação do Mecanismo de Facilitação da participação das universidades no CONSAN Cabo Verde
- Montagem da equipa e lançamento de processo visando elaboração e discussão de Diretrizes para Apoio à Agricultura Familiar nos países da CPLP
- Realização do Seminário “O Papel dos Parlamentares na Promoção do Direito Humano a Alimentação Adequada na CPLP”, em Brasília.



Setembro/Octubro de 2015

- **Participação da Ministra Agricultura e Desenvolvimento Rural de Cabo Verde e SECPLP no Fórum sobre Agricultura Familiar em Bilbao, Espanha**
- **Apoio a São Tomé e Príncipe para Seminário de Discussão dos Estatutos do CONSAN–STP**
- **Mobilização sector privado**

Novembro 2015

- **Intercâmbio sobre Agricultura Sustentável, Bragança, Portugal**
- **Capacitação e reunião do Comité de Coordenação do Mecanismo de Facilitação da Participação das Universidades**
- **Participação Sociedade Civil no CONSEA, Brasil**
- **Organização da reunião extraordinária do CONSAN–CPLP, Timor Leste**



Primeiros Resultados:

- Escritório de ligação com a FAO na sede da CPLP;
- Retoma da implementação da ESAN-CPLP com plano de atividades acordado entre todos os atores;
- Publicações essenciais da FAO traduzidas para língua portuguesa;
- Construídas capacidades para agricultura familiar, Segurança Alimentar e Nutricional, Direito Humano a Alimentação Adequada e participação dos parlamentares e universidades na ESAN-CPLP;
- CPLP primeira região a desenvolver exercício de Diretrizes para AF;
- Laços com o CSA reforçados;
- CPLP primeira região na implementação do GSF;
- Organização da I Reunião Extraordinária do CONSAN-CPLP;
- 4 Estados da Comunidade possuem, ou possuirão a curto prazo, Conselhos de SAN (Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste)



Principais Desafios:

- Existência de Conselhos de SAN em todos os países e, se possível, com arquitetura institucional coerente com o CONSAN-CPLP;
- Constituição do Grupo de Trabalho sobre Nutrição e Saúde e início do seu trabalho;
- Construção de capacidades a vários níveis para maior entendimento sobre os desafios contemporâneos da SAN;
- Capacidade do SECPLP e capacidades nacionais;
- Orçamento e captação de recursos;

Orçamentos:

Contribuições Voluntárias até à data para o orçamento de funcionamento do CONSAN-CPLP:

- 19-04-2013 - Contribuição Moçambique - 35.000 Euros
- 26-08-2013 - Contribuição Portugal – 35.000 Euros
- 25-06-2014 - Contribuição Angola - 35.000 Euros
- 10-12-2014 - Contribuição Brasil – 74.789,65 Euros
- Total das contribuições recebidas: 179.789,65 Euros
- Total disponível para execução em Dezembro de 2014 (após taxas aplicadas pelo FECPLP): 161.810,69 Euros

Contribuições de Estados-membros e outros parceiros para atividades associadas ao processo ESAN-CPLP:

- 100.000 USD – Timor- Leste, para o processo de elaboração das Diretrizes AF
- 400.000 USD – Timor- Leste, para a organização da Reunião Extraordinária do CONSAN-CPLP
- 500.000 USD – FAO, via TCP/INT/3406 assinado com a CPLP
- 115.000 USD – Brasil, via FAO (GCP/GLO/475/BRA)